

FESTA DAS CORES: UM CAMINHO ANTIRRACISTA QUE ULTRAPASSA OS MUROS DA ESCOLA

Luciani de Oliveira da Silva ¹

Ceres Angeline Schulz ²

Josiane Medianeira Soares ³

Maria Elusa Gaspar Teixeira ⁴

Karen Luciélen Pereira Rodrigues⁵

RESUMO

A construção de uma educação antirracista, democrática e plural é uma urgência no contexto escolar brasileiro, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da educação básica. Essa legislação representa um marco no enfrentamento ao racismo estrutural e na valorização das contribuições do povo negro na formação do país. A partir disso, este trabalho tem como objetivo refletir criticamente sobre o racismo presente no cotidiano escolar e valorizar identidades negras por meio de práticas pedagógicas e iniciativas transformadoras e fortalecedoras no contexto da escola pública. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação com abordagem qualitativa, realizada com estudantes, comunidade e professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus de Santa Cruz do Sul - RS. As ações iniciaram com o debate sobre expressões racistas e evoluíram para a produção de biografias de personalidades negras brasileiras da comunidade. Em 2024, o projeto ganhou força, consolidando-se como “Festa das Cores – Por uma Educação Antirracista”. Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano letivo destacam-se palestras, sessões de cinema, aulas sobre racismo e a importância da autodeclaração étnico-racial. Como apporte teórico, utilizou-se hooks (2013), Petronilha (2009), Santos (2022) e Gomes (2025). Os resultados do projeto se materializaram com uma celebração pública, com a presença das pessoas negras representantes da comunidade que foram homenageadas. A experiência demonstrou o potencial da escola como espaço de reconhecimento, escuta e valorização de saberes historicamente silenciados. Conclui-se que a prática pedagógica antirracista fortalece a identidade das crianças negras, promove o diálogo com a comunidade e contribui para uma educação comprometida com os direitos humanos. Como afirma bell hooks (2013), educar como prática da liberdade é ensinar para a transformação.

Palavras-chave: Escola pública, antirracismo, identidade, comunidade, cultura afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

A educação, em sua essência, vai além da transmissão de conhecimento, configurando-se como um suporte primordial para a construção de uma sociedade justa, equitativa e plural

¹Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Uninter – Uninter – RS, Professora de Matemática na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) - lucianiludeoliveira@gmail.com;

² Especialista em Sexualidade Humana pela Faculdade Monteiro Lobato, Professora de Ciências na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) - ceres.schulz@gmail.com;

³ Mestre em educação da Universidade de Santa Cruz do Sul – RS, Professora de Arte na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) - josimdoa@gmail.com;

⁴ Especialista em psicopedagogia clínica e institucional pelo Centro Universitário Uninter - Uninter, RS, Professora de Anos Iniciais na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) - mariaelusateixeira@gmail.com;

⁵ Doutoranda em educação pela Universidade Federal de Santa Maria - RS, Professora de Anos Iniciais na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) - karenlucielenro@hotmail.com.

(GOMES, 2017). Trata-se também de um direito fundamental garantido pela Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), que estabelece a educação como dever do Estado e direito de todos, vinculada ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania. Nesse sentido, Freire (2021) comprehende a educação como prática emancipatória e libertadora, capaz de formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. Nessa mesma direção, Saviani (2024) destaca que a escola democrática é elemento essencial na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Entretanto, no Brasil, esse direito sempre esteve marcado por profundas desigualdades históricas. Conforme Gomes (2017), durante o período colonial e imperial, a escolarização foi privilégio das elites brancas e proprietárias de terras e riquezas, enquanto a população negra, escravizada, era legalmente impedida de várias atividades, entre elas, a de frequentar escolas, reforçando a histórica desigualdade no acesso ao direito à educação no Brasil. Esse modelo excluente consolidou a marginalização de negros e indígenas, privando-os do direito à leitura, à escrita e, sobretudo, ao acesso ao conhecimento como ferramenta de libertação (GOMES, 2017).

Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, a educação pública brasileira permaneceu restrita às elites brancas, reforçando desigualdades sociais. A Constituição Federal consolidou a educação como direito universal, mas, como adverte Gomes (2017), a garantia formal de acesso não significou a superação do racismo estrutural. Este se configura como discriminação racial enraizada na formação social, privilegiando determinados grupos étnico-raciais e desvalorizando outros, reproduzindo-se nas esferas econômica, política e jurídica (ALMEIDA, 2019). Nas escolas, manifesta-se em currículos eurocêntricos que dificultam a valorização da diversidade, perpetuando estereótipos e silenciando identidades negras e indígenas, enquanto o cromatismo — graduação da cor da pele — atua como mecanismo de subalternização da população negra (SILVA, 2015).

Em Santa Cruz do Sul (RS), a colonização alemã, apesar de posterior à presença negra, invisibilizou historicamente a influência econômica, política e cultural da população negra (SKOLAUDE, 2008), evidenciando os desafios para uma educação de qualidade, inclusiva e antirracista que reconheça a diversidade cultural e enfrente as desigualdades históricas. Ainda de acordo com Skolaude (2008), a população negra de Santa Cruz do Sul concentra-se majoritariamente nas periferias, evidenciando desigualdades sociais e econômicas históricas. Nesse contexto, projetos de educação antirracista tornam-se essenciais para considerar essas especificidades e, ao valorizar a história afro-brasileira, dialogar com as demais culturas do município, reconhecendo sua pluralidade (GOMES, 2017).

Em matéria de Rebeca Ligabue, publicada no Site Metrópoles, entre janeiro de 2024 e julho de 2025, escolas estaduais de São Paulo registraram 4.554 casos de injúria racial, média de oito casos por dia, conforme levantamento da Secretaria de Educação de São Paulo (LIGABUE, 2025). Esses dados evidenciam que o antirracismo nas escolas não é uma opção, é uma questão urgente e necessária, demandando ações pedagógicas contínuas e participativas.

As Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 tornaram obrigatória a abordagem das histórias e culturas afro-brasileira e indígena na Educação Básica, representando um avanço educacional e político. Sua efetivação, porém, exige práticas pedagógicas que enfrentem o racismo, valorizem identidades negras e promovam uma educação democrática e plural, reconhecendo as diferenças culturais brasileiras e combatendo a exclusão (GOMES, 2017; SILVA, 2009).

O projeto *Festa das Cores – Por uma Educação Antirracista*, desenvolvido na Escola Municipal Bom Jesus, em Santa Cruz do Sul (RS), tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre o racismo no contexto educacional. Situada em área com significativa presença negra (SILVA, 2015), a escola buscou ir além da simples transmissão de conteúdos, criando práticas que valorizem a diversidade cultural. Para Munanga (2005), a educação antirracista exige ação pedagógica crítica e transformadora, capaz de desconstruir preconceitos e evidenciar as contribuições africanas e afro-brasileiras na formação da sociedade. Assim, esta pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) analisa como práticas pedagógicas antirracistas fortalecem identidades negras, a comunidade escolar e uma educação comprometida com os direitos humanos e a equidade racial (GOMES, 2017).

METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, pois considera que o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito são indissociáveis na dinâmica entre o mundo real e o sujeito (GERHARDT, 2013), possibilitando que os sujeitos envolvidos no processo educativo – professores, estudantes e comunidade escolar – exerçam o papel de construtores do conhecimento e agentes de transformação social. Nessa perspectiva, tais sujeitos não se limitam à condição de participantes, mas assumem uma postura ativa na produção do saber e na mudança da realidade investigada. Além disso, caracteriza-se como uma pesquisa-ação, por integrar simultaneamente os processos de investigação e intervenção no contexto escolar (THIOLLENT, 2011). Essa escolha metodológica permitiu a construção de uma análise aprofundada das experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes, com destaque para o resgate e a valorização das trajetórias de vida de personalidades negras,

evidenciando processos de reconhecimento e visibilidade historicamente negados (SILVA, 2015).

Ao invés de focar em dados quantificáveis, a abordagem qualitativa busca captar a riqueza e a complexidade das interações sociais, das narrativas individuais e dos processos de construção de identidade, valorizando os significados, a subjetividade e as múltiplas dimensões da experiência humana. No contexto deste trabalho, tal perspectiva articula-se à proposta de educação para as relações étnico-raciais, que compreende o ensino e a aprendizagem como práticas voltadas à superação do racismo e à promoção da igualdade (SILVA, 2009).

A coleta de dados ocorreu por meio de observações, registros escritos e fotográficos, entrevistas e análise de documentos produzidos ao longo do projeto, como biografias, relatos e materiais pedagógicos. Esses instrumentos possibilitaram compreender não apenas os resultados visíveis, mas também os significados atribuídos pelos participantes às atividades desenvolvidas. Desta forma, a combinação entre abordagem qualitativa e pesquisa-ação mostrou-se fundamental para que o projeto *Festa das Cores – Por uma Educação Antirracista* se configurasse como um processo coletivo e emancipatório, no qual a investigação científica e a prática pedagógica caminharam lado a lado, fomentando a transformação social e educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A luta contra o racismo na educação articula-se ao conceito de educação como prática da liberdade, defendido por Paulo Freire (2021) e retomado por bell hooks⁶ (2013). Em *Ensinando a Transgredir*, hooks propõe uma pedagogia engajada que transforma a sala de aula em espaço de questionamento, desconstrução de preconceitos e empoderamento. Para a autora, a educação deve estimular criticidade e consciência social, possibilitando que os estudantes compreendam as estruturas de poder e atuem na construção de uma sociedade mais justa, valorizando saberes e experiências de grupos historicamente marginalizados.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2009) amplia esse debate ao propor que a educação das relações étnico-raciais seja transversal ao currículo, articulando dimensões cognitivas, afetivas e políticas. Isso significa reconhecer o protagonismo do povo negro na história do Brasil e promover uma pedagogia que valorize suas contribuições culturais, sociais

⁶ A autora optava por escrever seu nome em letras minúsculas como escolha política e de posicionamento pessoal, a fim de valorizar o conteúdo de seus textos e as ideias coletivas em vez de sua individualidade. Em respeito a essa decisão, mantemos a grafia adotada por ela.

e políticas em todas as áreas e disciplinas presentes no currículo escolar. Silva (2009) surge como uma voz fundamental na discussão sobre a educação antirracista no contexto brasileiro, especialmente no Rio Grande do Sul, buscando combater o racismo estrutural e promover a construção de identidades positivas para crianças e jovens negros. Seus estudos abordam a importância de uma pedagogia que vá contra a perpetuação de estereótipos, resgatando a memória e a história do povo negro, e promovendo o diálogo intercultural. Sua extensa produção acadêmica e sua atuação prática têm sido cruciais para a implementação da Lei nº 10.639/2003. A autora ressalta ainda que a educação antirracista é um processo contínuo que exige o engajamento de toda a comunidade escolar, desde a gestão até os professores, pais, famílias e estudantes, para que se efetive uma transformação real no ambiente educacional (SILVA, 2009).

As contribuições de Santos (2022) e Gomes (2017) ampliam e aprofundam a compreensão da educação antirracista, oferecendo subsídios para refletir tanto sobre seus fundamentos teóricos quanto sobre as práticas necessárias para sua efetivação. Santos (2022), em suas análises, ressalta a importância das iniciativas locais e das políticas públicas que favoreçam a inclusão e a valorização da diversidade étnico-racial no ambiente escolar. Para a autora, a escola constitui um espaço paradoxal, que pode funcionar ao mesmo tempo como local de reprodução das desigualdades e como terreno fértil para a resistência e a transformação. Nesse cenário, projetos integradores, ações coletivas e práticas pedagógicas intencionalmente voltadas para a equidade racial tornam-se estratégias essenciais para romper com padrões excludentes e gerar impactos duradouros na conscientização de estudantes, professores e comunidade.

Santos (2022) enfatiza ainda que o compromisso com a educação antirracista vai muito além da simples inserção de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira nos currículos. Trata-se de repensar metodologias, revisar materiais didáticos, promover formações continuadas para docentes e estabelecer uma gestão escolar aberta ao diálogo com a comunidade. Essa perspectiva pressupõe a criação de ambientes de aprendizagem que acolham a pluralidade de saberes e valorizem a presença de diferentes identidades, reconhecendo o papel ativo dos sujeitos na produção do conhecimento.

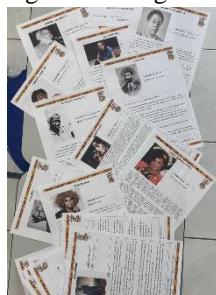
Gomes (2017), por sua vez, reforça a indissociabilidade entre educação antirracista e educação democrática. Para a autora, uma educação verdadeiramente democrática é aquela que não apenas reconhece a diversidade, mas a integra como elemento constitutivo do processo formativo, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Nessa visão, o combate ao racismo na escola não é apenas uma questão de justiça social ou reparação histórica, mas um requisito fundamental para a construção de uma sociedade plural, equitativa e inclusiva, em que

cada indivíduo tenha condições de desenvolver plenamente seu potencial humano e intelectual. Ao articular essas ideias, Gomes evidencia que a luta contra o racismo é, simultaneamente, uma luta pela democracia, pois só é possível falar em educação de qualidade quando os direitos de todos são efetivamente garantidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto “*Festa das Cores – Por uma Educação Antirracista*” teve início com ações da primeira autora, professora de Matemática, junto às turmas dos anos finais. Inicialmente, os estudantes pesquisaram expressões racistas do cotidiano escolar, levantaram situações de preconceito, debateram alternativas de linguagem e produziram cartazes para conscientizar a comunidade. Em seguida, desenvolveram atividades lúdicas para socializar os aprendizados com os anos iniciais, incluindo exibição de curtas, contação de histórias que valorizavam a cultura negra e dinâmicas de reflexão sobre termos discriminatórios, em consonância com a educação dialógica e emancipadora de Freire (2021). Como culminância desta ação, confeccionaram bonecas Abayomi, símbolo de resistência e identidade afro-brasileira, em linha com Gomes (2017), que destaca a importância de práticas pedagógicas que visibilizem identidades negras. No ano seguinte, a proposta avançou para a produção de biografias de personalidades negras brasileiras, selecionadas por sorteio, ampliando o envolvimento de outras professoras e evidenciando a apropriação dos conhecimentos adquiridos.

Figura 1 - Biografias



Fonte: Acervo das autoras

Em 2024, o projeto consolidou-se na escola, com a participação de professores de diversas áreas. A partir de então, as ações pedagógicas da escola passaram a integrar-se de maneira orgânica ao projeto, de modo que atividades cotidianas foram reconfiguradas para contemplar a perspectiva da educação antirracista. Ao longo do ano letivo, foram desenvolvidas diversas práticas, incluindo palestras e debates com especialistas, sessões de cinema, aulas expositivas sobre os diferentes tipos de racismo – como o cultural, religioso, ambiental e recreativo – e suas manifestações no contexto social contemporâneo. Nesse percurso,

introduziram-se discussões acerca da importância da autodeclaração étnico-racial, com a análise de documentos oficiais, como o *Manual do Recenseador* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a valorização das contribuições da cultura afro-brasileira que permanecem vivas na atualidade. Essa abordagem dialoga com a defesa de Gomes (2017) sobre a necessidade de práticas educativas que afirmam identidades negras e fortaleçam a consciência racial, bem como com a compreensão de Munanga (2008) de que o reconhecimento étnico-racial constitui passo fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural. O processo resultou na realização de uma pesquisa de autodeclaração étnico-racial, nos moldes do Censo Demográfico do IBGE junto ao corpo discente e todo o corpo profissional da escola, conduzida por estudantes previamente identificados e orientados para atuar como recenseadores, configurando uma experiência formativa de caráter investigativo e crítico.

Figura 2 – Pesquisa de Autodeclaração



Fonte: Acervo das autoras

Os jogos de interclasses foram adaptados para integrar o projeto, assumindo a forma de uma gincana que se consolidou como um evento esportivo, cultural e pedagógico. Os estudantes do 4º ao 9º ano foram distribuídos, por sorteio, em três equipes que representam as culturas africana, indígena e alemã. A inclusão da cultura alemã reflete o processo histórico de colonização do município de Santa Cruz do Sul e reconhece sua influência na formação sociocultural local; a cultura africana expressa não apenas o compromisso antirracista da escola, mas também a presença significativa de moradores negros no bairro; e a cultura indígena reafirma a importância de valorizar a diversidade, resgatando os saberes e a história dos povos originários, além de combater estereótipos historicamente disseminados.

Essa atividade passou a integrar o calendário escolar, configurando-se como prática pedagógica que promove uma educação inclusiva, intercultural e socialmente significativa, em consonância com a perspectiva de Gomes (2017), para quem a valorização das identidades é elemento essencial de uma pedagogia antirracista. As três equipes permanecem fixas em todas as edições da gincana — *Sankofa* (cultura africana), *Ypara Korá* (cultura indígena) e *Águia de Sable* (cultura alemã) —, mantendo-se, entretanto, a escolha aleatória de seus integrantes,

favorecendo a convivência saudável, o trabalho em equipe e a valorização das diferenças culturais.

Nesse ano, a maior atividade do projeto ocorreu com a identificação de representantes negros da comunidade em diferentes segmentos (comércio, política, religião e voluntariado), que foram entrevistados pelos estudantes para a elaboração de biografias. O encerramento dessa ação deu-se em uma celebração pública, denominada *Festa das Cores*, que contou com a presença dos homenageados, reforçando o caráter participativo e comunitário do projeto e promovendo o reconhecimento e a valorização do protagonismo negro, conforme defende Munanga (2008) ao enfatizar a importância da visibilidade das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira.

Figura 3 – Festa das Cores



Fonte: Acervo das autoras.

O projeto evidenciou a presença de preconceitos velados e explícitos no cotidiano escolar, muitas vezes naturalizados pelos estudantes e pela comunidade, demonstrando ser uma iniciativa pedagógica de grande relevância e impacto. Os resultados alcançados evidenciam o potencial da escola como um espaço privilegiado para o enfrentamento do racismo e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. O debate inicial sobre expressões racistas foi fundamental para sensibilizar os participantes e criar um ambiente propício à desconstrução de ideias preconceituosas. Essa etapa diagnóstica permitiu identificar situações de racismo cotidiano e iniciar um processo de reflexão crítica, alinhado à proposta de bell hooks (2013) de que a educação pode ser um instrumento de transformação social.

A partir dessa conscientização, a produção de biografias de personalidades negras da comunidade emergiu como uma estratégia poderosa de valorização e reconhecimento. Ao dar visibilidade a essas histórias, o projeto não apenas resgatou a memória de indivíduos importantes, mas também ofereceu modelos positivos de identificação para as crianças negras, fortalecendo sua autoestima e seu senso de pertencimento. A homenagem pública a essas personalidades, durante a *Festa das Cores*, reforçou o caráter celebratório e de reconhecimento do projeto, envolvendo a comunidade de forma ativa e promovendo pontes e aprendizados entre todos os participantes sobre a importância da representatividade negra.

As ações complementares do ano letivo – palestras, sessões de cinema e aulas sobre racismo e autodeclaração étnico-racial – ampliaram o conhecimento e estimularam a consciência crítica dos estudantes. As palestras trouxeram subsídios teóricos sobre as dimensões do racismo, o cinema favoreceu a reflexão e a empatia diante das experiências negras, e as aulas esclareceram conceitos, combateram o silenciamento e incentivaram a afirmação identitária.

A *Festa das Cores* não foi apenas um evento pontual, mas a culminância de um processo contínuo de aprendizagem e transformação. A participação ativa da comunidade, tanto na produção das biografias quanto na celebração final, demonstrou a competência da escola como um espaço de articulação social e de promoção do diálogo entre diferentes saberes. As experiências da Escola Bom Jesus corroboram a perspectiva de Freire (2021) e bell hooks (2013) de que a educação, quando praticada como liberdade, é um caminho para a transformação. Ao criar um ambiente onde o questionamento, a reflexão e a ação são incentivadas, o projeto contribuiu para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

A valorização da cultura afro-brasileira e a promoção da identidade negra, elementos centrais do projeto, alinharam-se diretamente com os princípios das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e com as discussões propostas por Silva (2009), Santos (2022) e Gomes (2017) sobre educação antirracista, democrática e valorizadora da diversidade. Além disso, as ações desenvolvidas evidenciam que a educação antirracista não é apenas uma obrigação legal, mas uma prática pedagógica capaz de fortalecer identidades negras, promover diálogo comunitário e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e comprometida com os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “*Festa das Cores – Por uma Educação Antirracista*” demonstrou que a escola, ao dialogar com a comunidade e valorizar identidades negras, torna-se um espaço de emancipação e um agente na luta contra o racismo, conforme evidenciado por Gomes (2017). Essa perspectiva se alinha a Freire (2021), que vê a educação como prática da liberdade e promotora de consciência crítica. A experiência da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus, em Santa Cruz do Sul (RS), ilustra que a educação antirracista exige práticas pedagógicas que permeiem todo o ambiente escolar, indo além da inclusão de conteúdo. Petronilha (2009) reforça que a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 demanda

transformação das práticas educativas, e Almeida (2019) destaca o papel ativo da escola na desconstrução das desigualdades e na construção da equidade racial diante do racismo estrutural. As ações desenvolvidas ao longo do projeto – que incluíram o debate sobre expressões racistas presentes no cotidiano escolar, a produção de biografias de personalidades negras da comunidade e a celebração pública do evento – tiveram um impacto significativo na formação crítica dos estudantes e na mobilização da comunidade escolar. O debate em sala de aula possibilitou a desconstrução de estereótipos e a problematização de práticas discriminatórias naturalizadas, criando um espaço de reflexão coletiva sobre o racismo estrutural. Nesse sentido, Almeida (2019) aponta que o racismo está enraizado nas estruturas sociais e institucionais, sendo fundamental que a escola se coloque como espaço de enfrentamento e transformação dessa realidade.

A produção das biografias possibilitou reconhecer histórias silenciadas, fortalecendo a identidade negra e oferecendo referências positivas aos alunos. Para Gomes (2017), referências negras na escola rompem apagamentos históricos e permitem que estudantes negros se afirmem como sujeitos de saber e poder. A celebração pública ampliou a visibilidade da cultura afro-brasileira, tornando-se momento de afirmação e reconhecimento social. Conforme hooks (2013), a educação engajada articula o conhecimento escolar a práticas sociais transformadoras, fortalecendo democracia e justiça social. Em conjunto, essas ações promoveram conscientização individual e coletiva, configurando-se como prática antirracista comprometida com equidade, direitos humanos e uma sociedade plural.

A relação do projeto com as referidas leis evidencia seu alinhamento às políticas educacionais que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conferindo legitimidade institucional e ampliando seu alcance pedagógico. Esse vínculo se soma ao embasamento em autores como bell hooks (2013), que propõe uma pedagogia engajada e transformadora; Petronilha (2009), que problematiza as relações étnico-raciais na escola; Santos (2022), que destaca a luta contra o racismo estrutural; e Gomes (2017), que aponta a força do movimento negro educador. Assim, a iniciativa vai além do cumprimento legal, sustentando-se em uma base crítica que orienta práticas antirracistas e fomenta a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A prática pedagógica antirracista é indispensável para uma educação emancipadora, comprometida com a liberdade, a justiça social e o desenvolvimento de todos, independentemente de etnia ou origem. Para Freire (2021), a educação como prática da liberdade transforma sujeitos e contextos por meio do diálogo crítico, enquanto Almeida (2019) lembra que o racismo estrutural organiza as relações sociais, exigindo ações educativas

intencionais para promover equidade racial. Gomes (2017) acrescenta que a luta contra o racismo na escola vai além do cumprimento legal, traduzindo-se em processos formativos que valorizam saberes, memórias e experiências da população negra.

Nesse sentido, a *Festa das Cores* não pode ser compreendida apenas como um evento isolado ou um projeto pontual, mas como um convite à reflexão crítica e à ação contínua, reafirmando o papel vital da escola como espaço de resistência, valorização da identidade e promoção de direitos. Ao propor vivências que integram conhecimento, cultura e memória, essa iniciativa contribui para consolidar práticas educativas que rompem com o silenciamento histórico e se orientam para a construção de uma sociedade verdadeiramente antirracista e plural.

AGRADECIMENTOS

À Érika, que carrega o peso de ser meu porto seguro, e à Quendra, mulher negra que me inspira todos os dias a não desistir de lutar por um mundo mais justo.

A todas as professoras parceiras dessa ideia: sem vocês, este trabalho não teria alcançado a proporção e o impacto que conquistou.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificando as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GERHARDT, M. L. **Descobrindo a pesquisa no ensino médio.** Santa Maria: UFSM, Colégio Politécnico, 2013. 106 p

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LIGABUE, Rebeca. **Racismo: São Paulo registra 8 casos por dia em escolas estaduais. Metrópoles**, 18 ago. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/sp-casos-racismo-escolas-estaduais>. Acesso em: 2 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Educação antirracista: o desafio de cada um de nós.** In: Munanga, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. p. 15-22. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 15 set. 2025

SANTOS, Débora de Souza. **A educação antirracista na Unicamp.** Palestra apresentada no Curso de Educação Antirracista - EN 915: Vivência de Inclusão e Diversidade. Campinas, SP: UNICAMP, 2022. Disponível em: <https://educorp.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/24/2024/09/Profa.-Dra.-Debora-de-Souza-Santos-Palestra-Ed-Antirracista-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 45. ed. Campinas: Autores Associados, 2024.

SILVA, Mozart Linhares da. **O cromatismo que nega o negro. IHU Online**, São Leopoldo, 14 set. 2015. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/13-artigo-2015?start=190>. Acesso em: 8 set. 2025.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2009. p. 21-37.

SKOLAUDE, Mateus Silva. **Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000).** 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/736>. Acesso em: 11 set. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2011.